

CONCEPÇÃO DOCENTE SOBRE ADEQUAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Vanderlei Balbino da COSTA¹
Fátima Elisabeth DENARI²

26

RESUMO: O trabalho é resultado da tese de doutorado Olhares Docentes sobre Inclusão Escolar dos Estudantes com Deficiência na Escola Comum, realizada na Universidade Federal de São Carlos, no período de 2009 a 2012. O problema investigado versou sobre a opinião de docentes sobre adaptação da escola aos estudantes com deficiência. Os objetivos da pesquisa foram: identificar a opinião dos docentes sobre adaptação da escola para os estudantes com deficiência que frequentam o ensino comum e se os docentes fazem adequação do currículo para a inclusão escolar destes estudantes. A metodologia utilizada pautou-se pela pesquisa qualitativa, ancorada nos pressupostos da análise do discurso. Os resultados mostraram que não há pelos docentes uma compreensão clara do que seja adaptação da escola para alunos com deficiências. Outro resultado que identificado foi à constatação de que os docentes não fazem adequação curricular no sentido de atender com eficácia aos estudantes com deficiência na escola comum. As considerações nos levaram a refletir sobre a necessidade de formação docente para atuar na escola comum, quando nesta há estudantes com deficiência matriculados.

PALAVRAS-CHAVE: Adequação curricular. Formação docente. Inclusão escolar. Educação inclusiva

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, surgiram algumas correntes pedagógicas que tentavam construir no sistema educacional um modelo de educação que pudesse alavancar na escola, propostas pedagógicas capazes de escolarizar em curto prazo mão-de-obra para atuar no mercado emergente que se originava com o processo de industrialização.

Com objetivo de atender aos estudantes com deficiência na escola comum iniciaram no final da década de 1990, as primeiras preocupações do MEC, no sentido de propor no ensino comum um currículo que fosse capaz de propiciar a inclusão de todos os estudantes na escola regular. Neste sentido, observamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.15):

¹ UFG – Universidade Federal de Goiás - Departamento de Educação. Goiânia – GO – Brasil. 74001-970 - vanderleibalbino@gmail.com

² UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Humanas e da Educação. São Carlos – SP - 13.565-905 - fadenari@terra.com.br

[...] que estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

Em uma visão holística sobre a crise dos paradigmas sócio-políticos, vimos florescer correntes teóricas que de certa forma moveram dogmas, ideologias e tendências capazes de nos impressionar. Neste sentido, cumpre-nos assinalar que a educação, via de regra, não fugiu a essas transformações, exatamente por ser resultante da oscilação entre decisões arbitrárias e/ou democráticas.

Ao direcionar nosso olhar para a educação inclusiva, é relevante ressaltar que no âmbito internacional dois movimentos (Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca), marcaram de forma concreta algumas tentativas de propor um modelo de educação capaz de incluir populações alijadas dos direitos sociais, políticos, culturais e educacionais nos diversos segmentos da sociedade.

Ao nos referirmos a educação especial, é importante assinalar que não se registravam na literatura grandes preocupações com as adaptações curriculares para os estudantes que ingressavam no ensino comum ao final dos anos de 1980. O problema que vem permeando a educação inclusiva diz respeito às necessidades de adaptar o currículo para atender na escola comum as crianças com deficiência.

Considerando os pressupostos até aqui pensados, apresentamos a questão de pesquisa que será: “que olhares têm os docentes sobre adequação curricular para os estudantes com deficiência matriculados na escola comum nos diferentes níveis de ensino?”

Os objetivos dessa pesquisa foram:

Identificar quais são os olhares dos docentes sobre adequação curricular para os estudantes com deficiência que frequentam o ensino comum nas escolas estaduais de educação básica.

Investigar se os docentes que atuam nas escolas da educação básica fazem adequação do currículo para a inclusão escolar dos estudantes com deficiência no ensino comum.

O marco teórico no qual se baseou esta investigação versou em referenciais como: Gonzáles (2007), Crô (2007), Carvalho (2004), Zabala (1998), Pacheco (2005) e

Herdero (2010), entre outros que abordam sobre as adequações curriculares na escola comum para pessoas com deficiência. .

Historicamente, de acordo com Pacheco (2005) o termo currículo foi dicionarizado pela primeira vez no ano de 1663, e o significado atribuído a esse termo foi “curso regular de estudos numa escola ou numa universidade”. Após este período o termo foi se tornando cada vez mais acadêmico, sendo aplicado rotineiramente nas disciplinas não só universitárias, mas também nos cursos pré-universitários.

Ao dialogar com os referenciais teóricos que apontam para a origem do currículo, cumpre-nos salientar que ao nos referirmos às primeiras décadas do século XX, foi nos Estados Unidos da América (EUA) que se iniciaram as primeiras preocupações com o currículo, nas diferentes áreas do conhecimento envolvendo o processo de escolarização.

No Brasil, apenas nos anos de 1980 se iniciaram as primeiras discussões sociológicas e, por conseguinte, as primeiras preocupações com o currículo como um componente relevante ao processo de escolarização dos estudantes no sistema educacional. De acordo com Cerqueira (2008, p.7-8) “O debate foi aceso e abrangente. A educação popular ganhou espaços na reflexão e na prática pedagógica, bem como um nível teórico. Além das teorias crítico-sociais, o construtivismo teve grande aceitação nos meios educacionais brasileiros.”

Ao dar enfoque às concepções teóricas que enfatizam o currículo é necessário assinalar que, ao nos reportarmos ao Brasil, a adoção do currículo nas escolas é muito recente, considerando a LDBEN 9.394/96 no art.59 (BRASIL, 1996) que faz menção a essa prática.

Ao nos referirmos a educação especial, é importante assinalar que não se registravam na literatura grandes preocupações com as adaptações curriculares para os estudantes que ingressavam no ensino comum ao final dos anos de 1980.

Na perspectiva Freireana é relevante assinalar que em uma escola que projete, selecione e planeje uma educação libertadora, humana e humanizante, adaptar o currículo significa respeitar no interior do ensino comum as pessoas com deficiência. Neste sentido Pacheco (2005, p.02) observa que:

A construção do currículo depende, por conseguinte, do significado da experiência que se torna na pedra angular da educação e que é uma das ideias estruturantes da Escola Progressista norte-americana, que

tem em Dewey um dos seus principais inspiradores, ou da Escola Nova Européia.

Ao nos referirmos as adaptações no currículo escolar, é notório assinalar que há no sistema educacional concepções que defendem não só as adequações da escola, mas também do currículo em todos os níveis do ensino.

Nesse sentido, Heredero (2010), Crô (2007), González (2007) e Carvalho (2004) enfatizam que atualmente no sistema educacional, em especial na Era da Inclusão a educação da pessoa com deficiência requer docentes no sentido de reduzir as barreiras atitudinais, arquitetônicas e sociais que existem nas escolas.

Metodologia

A metodologia que utilizamos foi a de pesquisa qualitativa. Nesse sentido, fizemos a opção pela análise do discurso, fundamentada na corrente francesa por meio de autores como: Pêcheux (1997), Orlandi (2004, 2005), dentre outros.

Resultados

No intuito de identificar se os docentes fazem adaptação no currículo, construímos nossos resultados a partir de uma questão suleadora, a saber: Você faz adaptação no currículo, bem como nos conteúdos nas suas aulas, no sentido de facilitar o desempenho dos estudantes com deficiência?

Ao inquirir o D1 se este faz adaptação no currículo, o mesmo se manifestou: “Com certeza! Sim, senhor. A gente tem que fazer essa adaptação. Se ele tem deficiência visual, ele não consegue enxergar, a gente tenta fazer com que um amigo sente ao lado, copie a matéria no caderno, fale pra ele.”

O discurso do D1 revela sua incompreensão sobre a necessidade de adaptar o currículo às diferentes deficiências, bem como sobre o que é a promoção da inclusão escolar dos estudantes com deficiência no ensino comum. Para ele, adaptar significa colocar um colega ao lado daquele com deficiência visual e pedir que o mesmo dite os conteúdos que estão sendo passados na lousa, resolva os exercícios em conjunto e faça as avaliações coletivas.

Na mesma direção, o D2 ressalta que também se preocupa com essa adaptação. Desse modo acentua: “Quase tudo tem que ser adaptado, né? Porque imagina você dar uma aula teórica de química. Infelizmente com a atual política de colocar 40, 50 alunos em sala de aula, ensino de qualidade nós não vamos ter.”

Dialogando com o D3 sobre adaptação do currículo, o mesmo declara: “Não. A aluna que eu tive, foi à única que consegui trabalhar com material diferenciado. Ela era deficiente visual, então nós tínhamos o livro em braile onde ela acompanhava partes do conteúdo que faziam parte da nossa aula e do nosso dia-a-dia ali. Então ela lia esse livro em braile, mas adaptação eu não consegui fazer nenhuma.”

Nessa mesma direção, o D4, também afirma que não faz adaptação no currículo, alegando não ter formação para trabalhar, por exemplo, com deficientes auditivos.

Ao inquirir o D5 se o mesmo faz essas adaptações, assim declarou: “Eu tenho essa preocupação sim”. Não só em adequar o conteúdo, mas principalmente a metodologia, a estratégia para trabalhar esses conteúdos.

Ao indagar sobre as adaptações no currículo, o D6 declarou: “Não, nunca fiz. Nunca fiz porque aqui na escola, por exemplo, nas escolas por onde passei, nós temos poucos aparelhos pra fazer atividade física, paras as aulas de educação física.”

De acordo com Heredero (2010, p.197):

A promoção da educação inclusiva, fundamentada no princípio da universalização do acesso à educação e na atenção à diversidade, requer uma filosofia de educação de qualidade para todos. Na busca deste pressuposto é essencial o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, a ampliação da participação da família e da comunidade nos espaços educacionais, a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os alunos e alunas e a formação de redes de apoio à inclusão.

Ao nos referirmos as adaptações no currículo no que tange à sua aplicabilidade no ensino comum, a D7 se manifesta: “Bom. O que eu tenho feito é pedir para eles levarem as atividades embora para casa; alguém explica pra eles a página. Eu falo pra eles procurarem em casa, tentarem ler, tentarem ver no que eles têm dificuldade e, na próxima aula me trazerem e perguntam. Na medida do possível eu vou orientando.”

Ao indagar a D8 sobre as adaptações na escola, não conseguimos identificar junto a essa nenhuma preocupação em relação a esse procedimento. Desse modo, a docente assim se manifestou: “Minha aula é expositiva. E tem bastante pesquisa que eu trabalho, então no oral eles põem o que compreenderam no assunto.”

O discurso da D8 nos revela sua incompreensão sobre as adaptações curriculares na escola. Tanto o discurso da D7, quanto da D8 revela de forma muito clara o quanto há na escola dificuldades para entender o que significa adequação curricular. Na mesma direção a D9 sobre as adaptações no currículo, a mesma se pronunciou: “Não, por enquanto não. Mas pretendo.”

Finalmente, no que tange às adaptações no currículo da escola, cuja intenção é o processo de escolarização de pessoas com deficiência no ensino comum, a D10, acentua: “Eu acredito que esse currículo não deve ser adaptado. O que nós vamos adaptar são as condições para que esse aluno possa ter acesso.”

À luz da literatura, Carvalho (2004), González (2007) e Heredero (2010), que são defensores das adequações curriculares, verificamos, que dos 10 docentes entrevistados, apenas a D10 apresenta em seu discurso certa noção do que é adequação curricular, pois, entre os docentes existe a crença de que adaptar é construir dois currículos paralelos, no entanto, os referidos autores defendem que a adequação deve acontecer com base em um mesmo currículo.

Discussão

Ao analisar os discursos teóricos sobre as adaptações curriculares, é notório acentuar que de acordo com Cerqueira (2008, p.18) “As adaptações curriculares visam adequar o currículo às necessidades especiais dos alunos.”

Em síntese, pensamos que na escola tanto entre os docentes, como entre os demais profissionais do sistema de ensino há certa confusão sobre adaptar o currículo às diferentes necessidades dos nossos estudantes.

Nesse sentido, cumpre-nos assinalar que de acordo com González (2007 p.33): “A questão, portanto, não é elaborar dois currículos totalmente diferentes, um regular e outro especial, mas realizar as adaptações necessárias, partindo de um modelo de currículo unificado.”

Ao nos reportarmos às adaptações curriculares, partilhamos com Heredero (2010) que o currículo deve ser o mais amplo possível mantendo o equilíbrio das ações pedagógicas, procurando diversificar as atividades que possibilitem aos estudantes com ou sem deficiência navegar livremente no ensino comum, gozando dos mesmos direitos.

Analisando a literatura que aborda a necessidade de adaptar o currículo as diferentes deficiências Crô, (2007) observa ser papel dos docentes elaborar um

planejamento de modo a contemplar as necessidades, anseios e expectativas dos estudantes no ensino comum, em especial, por que é exatamente neste espaço escolar que se encontram estudantes oriundos das mais diversas realidades.

Em uma visão holística sobre as necessidades de adaptar o currículo às diferentes necessidades, vemos de um lado, teóricos defendendo as adaptações, propondo inclusive o ensino individualizado, especialmente naqueles casos que o estudante tem sérios comprometimentos no seu desenvolvimento motor, sensorial e intelectual. Essa premissa é defendida por Blanco (2005, p.291) ao observar que:

Algumas necessidades individuais podem ser atendidas pelo trabalho individual que o professor realiza na sala de aula: dar mais tempo ao aluno para a aprendizagem de determinados conteúdos, utilizar outras estratégias ou materiais educativos, planejar atividades complementares, etc.

Concepções teóricas sobre adaptações curriculares dão conta de que os defensores das adaptações do currículo centram-se na tese de que há na escola diferentes necessidades educativas especiais, e, portanto estudantes oriundos das mais variadas realidades, sejam elas sociais, culturais, econômicas e educacionais.

Ao procurar realizar mudanças na escola em função de adaptar o currículo, de propor procedimentos didáticos, metodologias apropriadas, estratégias específicas voltadas para o atendimento das diversas deficiências, Rodrigues (2006) nos alerta que o currículo é um dos aspectos principais que deve ser levado em consideração pelos docentes que atuam com estudantes com deficiência. Desse modo, os conteúdos, as disciplinas, o tempo semanal, e o planejamento uniforme e avaliação quantitativa contribuem sobre maneira que os estudantes com deficiência encontrem muitas dificuldades para obter sucesso e permanência no ensino comum. O resultado dessa ação pedagógica arcaica tem levado ao processo de exclusão, segregação, marginalização e fracasso dos estudantes no sistema de ensino.

Na educação comum, ou mesmo na educação especial, encontramos nos referenciais uma dubiedade de posições ao nos referirmos às adaptações curriculares. Envoltos a esse discurso, denota-se de um lado os que são favoráveis, a essas adaptações, de outro se identifica posições radicais em relação a essas. Contrariamente a adaptação do currículo, Mantoan (2004, p.34) comenta:

Sejam quais forem às limitações do aluno, adaptar currículos, facilitar tarefas e diminuir o alcance dos objetivos educacionais concorrem para que rebaixemos o nível de nossas expectativas com relação à potencialidade desses, para enfrentar uma tarefa mais complexa, diferente.

Seja lá como for, pensamos que adaptar o currículo não significa reduzir, diminuir e pormenorizar as pessoas com deficiência; ao contrário, acreditamos que ao adaptar o currículo estamos contribuindo para que o nível do estudante se eleve, estimulando-o a buscar novos saberes.

Na educação comum ou mesmo na educação especial encontramos não só nos referenciais, mas também nas representações docentes discursos que revela uma dubiedade de opiniões sobre adaptar ou não o currículo para as pessoas com deficiência na escola comum.

No contexto da escola os docentes que condenam as adaptações curriculares, vão mais longe com suas posturas radicais, posicionando se contrários inclusive à presença de um docente auxiliar na sala de aula, na qual, há estudantes com deficiência matriculados. Assim, os que são contra as adaptações, condenam inclusive o docente especialista em sala de aula, sob a alegação de que isso pode criar mais uma barreira no processo de autonomia do estudante com deficiência.

No contexto educacional que abraça a diversidade na pluralidade, um dos princípios fundamentais da escola é romper com a arcaica idéia da homogeneidade, envolvendo um planejamento uniforme, objetivos comuns para toda a turma; e estudante padrão.

Considerações finais

Durante esta pesquisa, vivenciamos na escola algumas situações sobre as necessidades de adaptar o currículo. Nesse sentido pensamos ser relevante ressaltar sua importância no processo de ensino e de aprendizagem. Para tanto, pensamos em quais conhecimentos sistematizados devemos aplicá-lo, em especial, aos processos inclusivos de educação quando atuamos com estudantes com deficiência matriculados no ensino comum.

À luz da literatura que discute o currículo é notório assinalar que de acordo com Heredero (2010) não é possível à inclusão escolar dos estudantes com deficiência na escola comum sem que os docentes façam as adaptações curriculares.

Diante dessa assertiva McLaren, (1998), observa que o currículo representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente.

À luz da literatura que enfatiza as adaptações curriculares, pensamos que o currículo, com efeito, deve rerepresentar no modelo de escola inclusiva algo horizontal, planificado, enfim, adaptado as diferentes necessidades educativas especiais.

Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de transformar a escola, seu modelo homogeneizador, as atitudes dos docentes, a postura dos gestores e o projeto político pedagógico (PPP) de modo a atender as necessidades individuais dos nossos estudantes em especial aqueles com deficiência que estão frequentando o ensino comum.

No contexto da escola, é papel do docente adaptar o currículo de modo à atender todas as lacunas que ainda perdura no ensino comum. Partindo dessa premissa, Almeida, Jesus e Martins (2004, p.70) recomendam que: “Um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos.”.

Ao lutar por uma escola libertadora, humana e humanizante, é insistir na possibilidade de promover na unidade de ensino as adaptações curriculares, mobilizar os docentes, bem como toda a comunidade escolar, e principalmente a família, configura-se como um grande passo para que a educação inclusiva na diversidade possa se consolidar não só nos cursos de formação docente, mas também na educação básica, e por fim para toda a sociedade.

Ao olhar para a Literatura especializada que discute a necessidade de adaptar o currículo no Sistema de Ensino, é possível aferir que na concepção de Cerqueira, Viégas e Silva (2009) observa que não é possível incluir sem que possamos adaptar o sistema de ensino, habilitar os docentes, humanizar a escola, democratizar o ensino e respeitar a diversidade.

A luz da literatura que enfatiza a problemática das diferenças Rodrigues (2001, p. 23) citado por Denari (2006, p.55) observa que:

Se, por um lado, a diferença é encarada como positiva na perspectiva cultural, social, antropológica, criativa e mesmo biológica, assistimos, por outro, a enorme massificação e uniformização de gostos, de valores, de modas, de normas, de comportamentos e de normativos de capacidades, uma espécie de globalização dos padrões de comportamento pessoal e social.

Esse antagonismo tem, obviamente, enorme repercussões na forma como são encaradas as pessoas com necessidades especiais.

TEACHING CONCEPTION ABOUT THE ADEQUACY IN INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: *This work is the result of the PhD thesis teaching perspectives about the Inclusion of Students with Disabilities in the Common School, held at the Federal University of São Carlos in the period of 2009-2012. The problem investigated expounded upon opinion of teachers about adapting school for students with disabilities. The research objectives were: identify the opinion of teachers about school adaptation for students with disabilities who attend mainstream school and if the teachers make adjustments on the curriculum for inclusion of these students. The methodology used was based on qualitative research, grounded in assumptions of discourse analysis. The results showed that there is not a clear understanding by teachers of these schools to be adapted for students with disabilities. Another result identified was the fact that teachers do not make curriculum adaptation to teach effectively students with disabilities in regular schools. Considerations led us to reflect on the need for teacher training to work in the common school, when in these schools there are students with disabilities enrolled.*

KEYWORDS: *Course Adequacy. Teacher training. School inclusion. Inclusive education*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S.; JESUS, S. N. J.; MARTINS, M. H. Da Educação especial à Educação inclusiva. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (Org.). **Educação especial:** em direção à Educação inclusiva. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2004. p. 65-82.

BLANCO, R. **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2005. v.3.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 1998.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 out. 2010.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** Educação inclusiva. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CERQUEIRA, M. T. A. **Currículo funcional na educação especial para o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual de 12 a 18 anos**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

CERQUEIRA, M. B.; VIÉGAS, R. F.; SILVA, D. de O. S. e. A temática da inclusão na produção acadêmica. **Pesquisa em debate**, nesp., p.1-24, 2009. Disponível em: <http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_2.pdf>. Acesso em: 28 out. 2010.

CRÔ, M. L. **Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): formação no ensino superior**. 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/862/672>>. Acesso em: 28 out. 2010.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 33-63.

GONZÁLEZ, E. A. Educação especial: conceito e dados históricos. In: GONZÁLEZ, E. (Org.). **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: ARTMED, 2007. p.17-46.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum: Education**, Maringá, v.32, n.2, p.193-208, 2010.

MANTOAN, M. T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRGS 2004. p.27-40

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2004.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares para uma compreensão crítica da educação**. Porto: Porto Ed., (2005).

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Tradução Eni Pucinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, D. Dez idéias mal feitas sobre educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p.299-316.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.